

PLANO DE BENEFÍCIOS  
3

RELATÓRIO ANUAL  
**2020**

**MAG**

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	04
PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NO PGA.....	21
GESTÃO DE PARTICIPANTES.....	22
CENÁRIO ECONÔMICO.....	23
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	25
PARECER ATUARIAL.....	28
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	35
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	38
MANIFESTAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO.....	39

No ano de 2020 enfrentamos a pandemia do coronavírus com constante monitoramento e avaliação quanto a eventuais impactos econômicos e financeiros.

Contudo, a pandemia não foi capaz de frear nosso crescimento, com a continuidade na busca do aperfeiçoamento e na modernização de nossos sistemas operacionais, com o lançamento de um novo site, com mais funcionalidades e recursos atendendo a todos os parâmetros e especificações da legislação, porém moderno e muito atrativo.

Concretizamos ao projeto iniciado em 2019, com a implementação da carteira de empréstimos, no segmento de Operações com Participantes, operando e beneficiando todos participantes. Com taxas de juros remuneratórias menor que as demais taxas oferecidas por instituições financeiras, o que já demonstra grande vantagem, não só para o tomador do empréstimo quanto para o fundo de pensão, que garante a rentabilidade no longo prazo acima do índice de referência do plano.

Com objetivo de modernização do plano e o aumento da atratividade para os atuais e futuros participantes, foram realizadas alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Mongeral, como o redimensionamento dos custos previdenciários, aprimoramento das opções de coberturas oferecidas, previsão de contribuição esporádica para participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Autopatrocinados, alteração da elegibilidade a aposentadoria normal e antecipada e demais alterações, cuja íntegra encontra-se disponível para consulta em nosso site, e faz parte integrante da proposta submetida a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Houve incremento do Programa de Educação Financeira e Previdência, em contínua ampliação já iniciada em 2019, cujo enfoque permanece na Longevidade, envolvendo assuntos não só ligados ao tema, mas também relacionados a realidade atual e as necessidades que envolvem os objetivos relativos à poupança de longo prazo.

Em 2021 buscamos o crescimento e a ampliação de projetos, entre eles o lançamento do Plano Família MAG, segundo modelo instituído setorial adotado pela Abrapp para todo segmento, benefício voltado para a adesão dos familiares de nossos participantes e assistidos, já em desenvolvimento e com grande potencial de crescimento, conforme estudo de viabilidade sempre com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade da entidade e aumentar os serviços, com ampla e vasta informação aos participantes, com o foco na qualidade e na inovação.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019		2020	2019
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
Disponível	441	786	Exigível operacional	423	434
<b>REALIZÁVEL</b>	100.671	97.229	Gestão Previdencial	273	376
Gestão Previdencial	730	451	Gestão Administrativa	5	4
Gestão Administrativa	22	22	Gestão de Investimentos	145	54
<b>INVESTIMENTOS</b>	99.919	96.756	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	100.689	97.581
Títulos públicos (Nota 4.1)	2.694	2.576	Patrimônio de cobertura do plano (Nota 5)	99.763	96.719
Ações (Nota 4.1)	3.987	0	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	99.488	94.102
Fundos de investimentos (Nota 4.1)	92.578	93.398	Benefícios concedidos	19.094	18.054
Empréstimos (Nota 4.2)	660	772	Benefícios a conceder	80.394	76.048
Outros realizáveis	0	10	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	275	2.617
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	101.112	98.015	Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	275	2.617
			<b>FUNDOS (NOTA 6)</b>	926	862
			Fundos previdenciais	647	541
			Fundos administrativos	279	321
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	101.112	98.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Plano de Benefícios  
Mongeral 3

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	97.581	86.763	12,47
<b>1. ADIÇÕES</b>	11.467	20.582	(44,29)
Contribuições previdenciais	9.631	7.994	20,48
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	1.308	11.970	(89,07)
Receitas administrativas	524	596	(12,08)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	4	22	(81,82)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	(8.359)	(9.764)	(14,39)
Benefícios	(7.789)	(9.195)	(15,29)
Despesas administrativas	(570)	(569)	0,18
<b>3. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)</b>	3.108	10.818	(71,27)
Provisões matemáticas	5.386	11.234	(52,06)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.342)	1.220	(291,97)
Fundos previdenciais	106	(1.686)	(106,29)
Fundos administrativos	(42)	50	(184,00)
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	100.689	97.581	3,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>			
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	528	617	(14,42)
<b>1.1. RECEITAS</b>	528	617	(14,42)
Custeio administrativo da gestão previdencial	491	500	(1,80)
Custeio administrativo dos investimentos	33	95	(65,26)
Resultado positivo líquido dos investimentos	4	22	(81,82)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	(570)	(568)	0,35
<b>2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL</b>	(537)	(472)	13,77
Treinamentos, congressos e seminários	(14)	(9)	55,56
Serviços de terceiros	(451)	(414)	8,94
Despesas gerais	(39)	(14)	178,57
Tributos	(33)	(35)	(5,71)
<b>2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	(33)	(96)	(65,63)
Serviços de terceiros	(33)	(95)	(65,26)
Tributos	0	(1)	(100,00)
Tarifa Bancária	(33)	0	0,00
<b>6. SOBRA (INSUFICIÊNCIA) DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1+2)</b>	(42)	49	(185,71)
<b>7. CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)</b>	(42)	49	(185,71)
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)</b>	279	321	(13,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano de Benefícios  
Mongeral 3

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	17.394	15.420	12,80
<b>1. ADIÇÕES</b>	1.191	3.095	(61,52)
Contribuições	53	61	(13,11)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	1.138	3.034	(62,49)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	(1.150)	(1.121)	2,59
Benefícios	(1.097)	(1.064)	3,10
Custeio administrativo	(53)	(57)	(7,02)
<b>3. ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	41	1.974	(97,92)
Provisões matemáticas	1.275	836	52,51
Superávit (déficit) técnico do exercício	(1.234)	1.138	(208,44)
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	17.435	17.394	0,24
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	40	47	(14,89)
<b>FUNDOS ADMINISTRATIVOS</b>	40	47	(14,89)

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>1. ATIVOS</b>	17.493	17.458	0,20
Disponível	71	75	(5,33)
Recebível	45	53	(15,09)
Investimento	17.377	17.330	0,27
Títulos públicos	2.694	2.576	4,58
Fundos de investimentos	14.683	14.752	(0,47)
Outros realizáveis	0	2	(100,00)
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	18	17	5,88
Operacional	18	17	5,88
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	40	47	(14,89)
Fundos administrativos	40	47	(14,89)
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	17.435	17.394	0,24
Provisões matemáticas	17.199	15.924	8,01
Superávit técnico	236	1.470	(83,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+4)</b>	17.453	17.411	0,24
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	17.199	15.924	8,01
1.1. Benefícios concedidos	17.182	15.908	8,01
Benefício definido	17.182	15.908	8,01
1.2. Benefícios a conceder	17	16	6,25
Contribuição definida	17	16	6,25
Saldo de contas - parcela patrocinador	2	2	0,00
Saldo de contas - parcela participantes	15	14	7,14
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	236	1.470	(83,95)
2.1. Resultados realizados	236	1.470	(83,95)
Superávit Técnico Acumulado	236	1.470	(83,95)
(+) Reserva de Contingência	236	1.470	(83,95)
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	18	17	5,88
4.1. Gestão previdencial	18	17	5,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade” ou “MAFP”) foi instituída como entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de administrar, instituir, executar e operar planos de benefícios de caráter previdenciário. O início de suas atividades se deu em 1º de novembro de 2005, aprovado pela Portaria nº 105 da Secretaria de Previdência Complementar, de 24 de agosto de 2004.

É qualificada como multiplano, administrando plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial. Por congregar mais de um patrocinador ou instituidor, a Mongeral Aegon Fundo de Pensão é qualificada como multipatrocinada.

Na implantação da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, em novembro de 2005, foi transferido para esta entidade o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792), anteriormente administrado pelo Icatu Hartford Fundo de Pensão, e naquela mesma época houve a transferência do saldo dos recursos coletados no Icatu Hartford Fundo de Pensão para a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

Em 16 de dezembro de 2011, através do Ofício nº 5.474/CGAF/DITEC/PREVIC, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais - Plano ABEPOMPREV (CNPB 2011002419), através de convênio de adesão da Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 21 de junho de 2012, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 331, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários Contábil Prev (CNPB 2012001238), através de convênio de adesão da Federação dos Contabilistas do Estado de Rio Grande do Sul - FEDERACON, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 24 de dezembro de 2013, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 721, foi aprovado o regulamento do Plano de Benefícios TECPrevi (CNPB 2013002319), através de convênio de adesão da Acate Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia e suas Associadas, na condição de patrocinadoras do referido Plano.

Em 13 de janeiro de 2016, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 23, foi aprovada a transferência de gerenciamento do Plano Prevtran (CNPB 2010004183) da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social para o Mongeral Aegon Fundo de Pensão, através de convênio de adesão da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina instituidoras do referido Plano.

A Entidade administra atualmente o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792) na modalidade de contribuição variável, o Plano de Benefícios Mongeral (CNPB nº 2006004638), ABEPOMPREV (CNPB nº 2011002419), Prevtran (CNPB nº 201004183), Contábil Prev (CNPB nº 2012001238) e TECPrevi (CNPB 2013002319), nas modalidades de Contribuição Definida.

#### APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE E CONTEXTO OPERACIONAL

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADOR/INSTITUIDOR
PB nº 3	1997000792	Contribuição Definida	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A

### 1.1 Impactos causados pela COVID-19

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) afetou as economias globais, não sendo diferente no mercado interno brasileiro, em março de 2020 quando o Brasil adotou medidas enérgicas para o controle da COVID-19, o mercado financeiro foi o primeiro a sentir os efeitos colaterais.

Nos três primeiros meses de 2020 o IBOVESPA teve um desempenho negativo sendo o acumulado no período foi de -36,86% encerrando o ano com rentabilidade de 2,92%. Paralelo a este movimento do mercado de capitais, o governo já havia traçado estratégias para o controle da inflação com a redução da SELIC em 2020 saindo de um patamar de 4,50% em janeiro para 2,00% em dezembro, ou seja, o que se via era uma recessão econômica iminente.

A crise econômica afetou os investimentos das EFPC, que não obtiveram resultados satisfatórios para atender as exigências atuariais, o resultado ficou abaixo das expectativas da meta atuarial ou do índice de referência, dependendo do plano.

No MAFP não foi diferente o resultado embora positivo, ficou abaixo do esperado, para os planos administrados. Estratégias foram traçadas com o gestor da carteira durante o ano, para absorver os impactos negativos.

## 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, sendo a mais recente a Instrução PREVIC nº 11 de 3 de dezembro de 2018, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, elaboradas e encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial - Consolidado
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – Consolidada
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão previdencial**

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

- **Gestão administrativa**

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos**

Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Todos os recursos que transitam pela Entidade têm sua origem nos planos previdenciais e são segregados por plano de acordo com sua origem e aplicação, assim, os recursos garantidores de cada plano são apurados de acordo com a movimentação financeira. A contabilização é segregada por plano através de balancetes individuais que são consolidados para um acompanhamento global.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31 de março de 2021.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

#### a) Elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Permanente" abrange somente os bens utilizados na operação da Entidade, (IV) os resultados de exercícios futuros estão segregados de acordo com as suas origens, em cada segmento, (V) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Entidade junto aos seus participantes.

A escrituração contábil é feita pelo regime de competência, à exceção das contribuições de autopatrocinados e de participantes e instituidores vinculados aos planos de instituidores, estruturados na modalidade de contribuição definida, que são operações registradas pelo regime de caixa, e obedecem à planificação de contas padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar (Resolução CNPC Nº 29 de 18 de abril de 2018, Art. 10 parágrafo 1º).

#### b) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As contribuições de autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa.

#### c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis certos valores são registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões matemáticas, o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, entre outros. A Entidade revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

#### **d) Realizável**

- **Gestão previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- **Gestão administrativa**

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos**

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação**

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- ii) Títulos mantidos até o vencimento**

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de resgatá-los somente no vencimento. Os rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, são apropriados no resultado do exercício.

Em 2020 não houve reclassificação de Títulos Públicos. Os estudos indicam capacidade de manutenção dos referidos valores até a sua liquidação.

#### **e) Custódia de títulos**

A carteira de investimentos da Entidade é terceirizada. Os ativos encontram-se consolidado pelo custodiante BNY Mellon Banco S.A. e custodiados nas seguintes “clearings”: Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados – CETIP; Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC; e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

#### **f) Exigível operacional**

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo Plano de Gestão Administrativa.

#### **g) Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário habilitado e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício segregados por plano de benefício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que incluem os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, na forma prevista na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, institutos esses regulamentados pela Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003.

#### **h) Equilíbrio Técnico**

Apresentação do resultado entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

##### **• Superavit/Deficit técnico acumulado**

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes).

Quando a diferença entre os ativos e os compromissos do plano de benefícios é positiva, implica dizer que o plano apresenta um superávit. Já quando ocorre o contrário, diz-se que ocorreu um déficit, o qual vem representar a insuficiência de recursos para cobertura de compromissos do plano.

No caso de superávit, o resultado positivo será contabilizado na conta de Reserva de Contingência, até o limite definido pela legislação. O valor que exceder a tal limite deverá ser contabilizado na conta de Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

## **i) Fundos**

### **• Fundos Previdenciais – Parcela Patronal**

É composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para a redução de contribuições futuras da patrocinadora.

### **• Fundos Previdenciais - Diferenças de Cotas**

Constituído nos planos conforme nota técnica atuarial e representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota menor do mês anterior. Os valores acumulados serão utilizados para cobrir eventuais diferenças de rentabilidade negativas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota maior do mês anterior.

### **• Fundos administrativos**

Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, o rendimento da aplicação dos recursos administrativos e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

## **j) Imposto de renda e PIS/COFINS**

### **• Impostos de renda**

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda na fonte incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes dos planos estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, ocorrem da seguinte forma:

- i) Por tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.
- ii) Por tabela progressiva do imposto de renda retido na fonte para as pessoas físicas.



• PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

## 4. INVESTIMENTOS

A Gestão dos recursos garantidores da Entidade, sob responsabilidade da Mongeral Aegon Investimentos Ltda., seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais, em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como a Política de Investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, que determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas.

### 4.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada e por plano de benefícios é composta como segue:

	2020							
	PB Mongeral	PB Nº3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>2.694</b>	-	-	-	-	-	<b>2.694</b>
Títulos Públicos federais	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
NTN – Série B	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
<b>Ações</b>	<b>3.171</b>	-	-	<b>531</b>	<b>39</b>	<b>139</b>	<b>107</b>	<b>3.987</b>
Bovespa Cód.PFIN11 Papel PNE	3.171	-	-	531	39	139	107	3.987
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>62.197</b>	<b>14.683</b>	<b>170</b>	<b>10.050</b>	<b>773</b>	<b>2.653</b>	<b>2.052</b>	<b>92.578</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>2.416</b>	<b>14.683</b>	<b>170</b>	<b>287</b>	-	<b>281</b>	-	<b>17.837</b>
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.358	14.634	-	287	-	281	-	16.279
Mongeral Aegon Institucional	1.058	49	170	-	-	-	-	1.277
<b>Multimercado</b>	<b>59.781</b>	-	-	<b>9.763</b>	<b>773</b>	<b>2.372</b>	<b>2.052</b>	<b>74.741</b>
Mongeral Aegon Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongeral Aegon Multiprev	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
<b>Total</b>	<b>65.368</b>	<b>17.377</b>	<b>202</b>	<b>10.581</b>	<b>812</b>	<b>2.792</b>	<b>2.159</b>	<b>99.259</b>

	2019							
	PB Mongeral	PB N°3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
<b>Títulos Públicos</b>	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
Títulos Públicos federais	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
NTN – Série B	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>60.888</b>	<b>14.752</b>	<b>202</b>	<b>10.808</b>	<b>789</b>	<b>3.767</b>	<b>2.192</b>	<b>93.398</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.487</b>	<b>14.752</b>		<b>387</b>	-	<b>306</b>		<b>16.932</b>
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.487	14.737		387	-	306	-	16.917
Mongeral Aegon Institucional	-	15		-	-	-	-	15
<b>Multimercado</b>	<b>59.401</b>		<b>202</b>	<b>10.421</b>	<b>789</b>	<b>3.461</b>		<b>76.466</b>
Mongeral Aegon Mutimercado	-	-	202	-	-	-	-	202
Mongeral Aegon Macro FIC	3.376	-	-	482	34	220	106	4.218
Mongeral Aegon Multiprev	55.136	-	-	9.757	742	3.162	2.047	70.844
Bahia Marau FIC FIM	641			135	10	61	30	877
AZ Quest Total Return FIC FI	248			47	3	18	9	325
<b>Total</b>	<b>60.888</b>	<b>17.328</b>	<b>202</b>	<b>10.808</b>	<b>789</b>	<b>3.767</b>	<b>2.192</b>	<b>95.974</b>

#### 4.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>800</b>	<b>2.694</b>	<b>3.489</b>
<b>Títulos Públicos</b>		-	<b>2.694</b>	<b>3.489</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>		-	<b>2.694</b>	<b>3.489</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional - B</b>		-	<b>2.694</b>	<b>3.489</b>
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	870	955
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.161	1.578
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	663	956

	2019			
	Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>800</b>	<b>2.576</b>	<b>3.298</b>
<b>Títulos Públicos</b>		-	<b>2.576</b>	<b>3.298</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>		-	<b>2.576</b>	<b>3.298</b>
<b>Notas do Tesouro Nacional - B</b>		-	<b>2.576</b>	<b>3.298</b>
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	832	916
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.110	1.467
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	634	915

## 5. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão tem como administrador fiduciário o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. cujos serviços encontram-se estabelecidos no contrato celebrado entre as partes. Sobre os serviços pactuados no contrato, a Entidade irá remunerar o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. a uma taxa de administração 0,03% a.a. (0,05% a.a. em 2019), sobre a parcela diária do patrimônio líquido da carteira, cumulativa durante o mês, paga até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente.

## 6. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis, o equilíbrio técnico e a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA são eliminados através de Balancete de Operações comuns.

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	2020	2019
1	Ativo	-	-
1.2	Realizável	-	-
1.2.2	Gestão administrativa	-	-
1.2.2.3	Participação no plano de gestão administrativa	279	321
1.2.2.3.01	Participação no PGA	(279)	(321)
2	Passivo	-	-
2.3	Patrimônio social	-	-
2.3.1	Patrimônio de cobertura do plano	-	-
2.3.1.2	Equilíbrio técnico	-	-
2.3.1.2.01	Resultados realizados	-	-
2.3.1.2.01.01	Superávit técnico acumulado	-	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-	-
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit técnico acumulado	-	-
2.3.2	Fundos	-	-
2.3.2.2	Fundos administrativos	279	321
2.3.2.2.02	Participação no fundo administrativo PGA	(279)	(321)

## 7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Não existem contingências mensuráveis e/ou conhecidas que possam resultar em provisões para perdas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

DocuSigned by:  
*Luis Ricardo Marcondes Martins*  
E6BA2412F370418...

Luis Ricardo Marcondes Martins  
Diretor Superintendente  
CPF 104.904.438-00

DocuSigned by:  
*Marta Almeida da Silva*  
490A6D0B1BDC43B...

Marta Almeida da Silva  
Contadora CRC-RJ 075.023/0-5  
CPF 722.624.607-44

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS NO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	MONGERAL 03	
	2020	2019
SALDO ANTERIOR DA PARTICIPAÇÃO NO PGA	47.977,43	39.036,41
<b>RECEITAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>76.265,60</b>	<b>92.302,17</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	70.953,25	74.702,03
GESTÃO INVESTIMENTOS	4.778,59	14.317,11
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	533,76	3.283,04
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-83.863,17</b>	<b>-83.361,15</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	-79.084,58	-69.199,29
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-1.922,31	-1.288,76
SERVIÇOS TERCEIROS	-66.751,38	-60.331,12
DESPESAS GERAIS	-5.691,71	-2.186,73
TRIBUTOS	-4.719,18	-5.392,68
GESTÃO INVESTIMENTOS	-4.778,59	-14.161,86
SERVIÇOS TERCEIROS INV.	-4.778,59	-14.161,86
<b>SALDO (RECEITAS - DESPESAS)</b>	<b>-7.597,57</b>	<b>8.941,02</b>
<b>SALDO ATUAL DA PARTICIPAÇÃO PGA</b>	<b>40.379,86</b>	<b>47.977,43</b>

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2020 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Participantes Ativos	2
*Participantes Aposentados	8
*Benefícios de Pensão	1
*Patrocinadores	1
**Contribuições Recebidas	R\$ 0,00
**Portabilidades Recebidas	R\$ 0,00
**Pagamentos de Resgates	R\$ 0,00
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 1.096.452,89
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 0,00

\* Posição em 31/12/2020

\*\* Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

O ano de 2020 foi um ano atípico, um acontecimento inesperado gerou diversos tipos de reações e que terá consequências ainda imprevisíveis. Um vírus oriundo da China, se espalhou pelo mundo trazendo caos mundial uma vez que a medicina não encontrou um tratamento adequado para combater o vírus que vem contagiando milhares de pessoas desde sua descoberta e grande parte das pessoas contagiadas vem a óbito.

Para tentar conter a pandemia do coronavírus, boa parte da população mundial foi submetida a medidas de isolamentos sociais (lockdown), que incluíram fechamento de escolas, comércios, interrupção da produção industrial, fechamento de fronteiras entre outras ações, provocando mudanças de hábitos e paralisando atividades econômicas no mundo todo, com estas ações houve impactos direto na economia global e diversos países entraram em recessão devido ao coronavírus.

Se por um lado a medicina titubeou até encontrar um tratamento adequado para o contágio do vírus, os governos e bancos centrais, em alguns países do mundo, foram incisivos no choque monetário, para que as consequências econômicas não fossem piores que a própria doença. Alguns países, incluído o Brasil, criaram auxílios emergenciais para manter a economia em movimento, justamente em um momento em que muito se falava que não havia mais espaço para política monetária.

Na China, onde começou a pandemia, o crescimento chinês caiu acentuadamente e encerrou o primeiro trimestre com uma contração de 6,8%. O fechamento de fábricas e plantas industriais em todo o país foi um grande golpe para o gigante asiático, que, pela primeira vez, teve números trimestrais negativos desde 1992. Embora a pandemia da covid-19 tenha prejudicado as metas de crescimento da China, neste ano, especialistas observam que a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos ainda não foi resolvida. No país onde surgiu a covid-19, a economia está mais forte do que nunca este ano. O governo chinês registrou um crescimento de 4,9% entre julho e setembro em

comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os Estados Unidos foi o país mais afetado pelo coronavírus, ultrapassou 19 milhões de contagiados com mais de 330 mil óbitos desde o início da pandemia. A pandemia fez com que a economia dos Estados Unidos contraísse em nível recorde, o declínio veio com a imposição de medidas de lockdown por todo o país para conter o coronavírus. A taxa de desemprego chegou a 14,7%, um dos maiores desde a grande depressão da década de 1930, entretanto o mercado de trabalho americano, recuperou cerca de metade dos 22 milhões de postos de trabalho fechados ente março e abril e a taxa caiu para 6,7% em dezembro/20. A ajuda fiscal implementada pelo Congresso ajudou os norte-americanos a se manterem à tona, e as economias acumuladas com a ajuda de cheques de estímulo e auxílio-desemprego sustentaram a economia no período crítico, mas o país encolheu 3,5% em 2020. Foi o pior resultado desde 1946, após o fim da 2ª Guerra Mundial. As eleições americanas, para presidente, bateram o recorde de participação popular, o processo foi conturbado dando vitória a Biden.

Já a economia da zona do euro encolheu 6,8% em 2020, o maior declínio trimestral já registrado pela série histórica iniciada em 1995. A atuação do poder público na Europa não se limitou à imposição e retirada de medidas de isolamento. Houve também aumento de gastos para combater a crise econômica. Na Alemanha e na França, por exemplo, os governos assumiram o pagamento de parte da folha salarial de empresas para evitar demissões. Houve também programas de crédito público em diversos países para apoiar empresas em maior dificuldade. Isso sem contar o aumento das despesas com saúde, para atender às demandas trazidas pela pandemia. A própria cúpula da União Europeia aprovou um pacote de socorro econômico aos países do bloco, com a criação de um fundo de 4,9 trilhões, à disposição dos países membros. Uma parte do dinheiro seria concedida em crédito, e a outra em doações que não precisam ser devolvidas. Em média, os países da zona do euro gastaram cerca de 4% do PIB com pacotes de estímulo fiscal em 2020.

A pandemia de coronavírus derrubou a economia global em 2020, e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. A necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. As principais medidas de resgate tomadas pelo governo durante a crise focaram no incentivo ao consumo. A política monetária promovida pelo Banco Central visou ampliar o mercado de crédito para atenuar os efeitos da pandemia sobre as empresas do país, a taxa Selic alcançou o seu recorde histórico de 2% ao ano. O governo criou o Auxílio Emergencial e a permissão de saque do FGTS emergencial, para recompor as perdas de renda da população. Mesmo com estas medidas, a taxa média anual de desemprego no Brasil foi de 13,5%, a maior já registrada. O PIB também teve queda recorde, de 4,8%. Um dos fatores que explicam esses números foi o avanço da pandemia no final do ano.

A partir de novembro, o número de casos e mortes pela covid-19 voltou a crescer. Outro elemento foi a redução do auxílio emergencial, que caiu de R\$ 600 entre abril e agosto para R\$ 300 a partir de setembro. O programa foi encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em meio ao caos econômico, o Banco Central não deixou de trabalhar pelo desenvolvimento de novas tecnologias. O lançamento do PIX, em novembro, aconteceu mesmo com todos esses eventos na economia.

A recuperação mundial da economia só terá início com a vacinação da população mundial contra o coronavírus. A China foi a 1ª a iniciar a imunização em julho. Em dezembro a vacinação ganhou força se estendendo por vários países, entretanto no Brasil que ocupava o segundo lugar em números de mortos pelo vírus, atrás dos Estados Unidos, assistia a um embate político a respeito da vacinação que teve seu desfecho no ano seguinte.



### 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL PLANO 3 poderão ser investidos no ano de 2021- 2025.

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de benefícios. Combina aspectos de filosofia de investimentos e de planejamento e tem como pano de fundo o conceito de equilíbrio e perenidade do plano de benefício. Ela visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios por meio do estabelecimento de uma composição de ativos que otimize a relação entre risco e retorno da carteira, em consonância com os objetivos do Fundo.

Essa Política é composta por elementos que compreendem a missão do Fundo, a definição de tolerância ao risco, os objetivos de investimento, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. A partir desses fatores é possível construir um conjunto coerente de diretrizes, que permitem uma gestão de investimentos de longo prazo e com conteúdo estratégico,

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, e as restrições específicas avaliadas.

### 2 PREMISSAS BÁSICAS

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL PLANO 3 e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL PLANO 3.

Na implementação desta política, a MONGERAL PLANO 3 aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

### 3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MAFP, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A MONGERAL PLANO 3 aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## 4 COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL PLANO 3 considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

A MONGERAL PLANO 3 poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

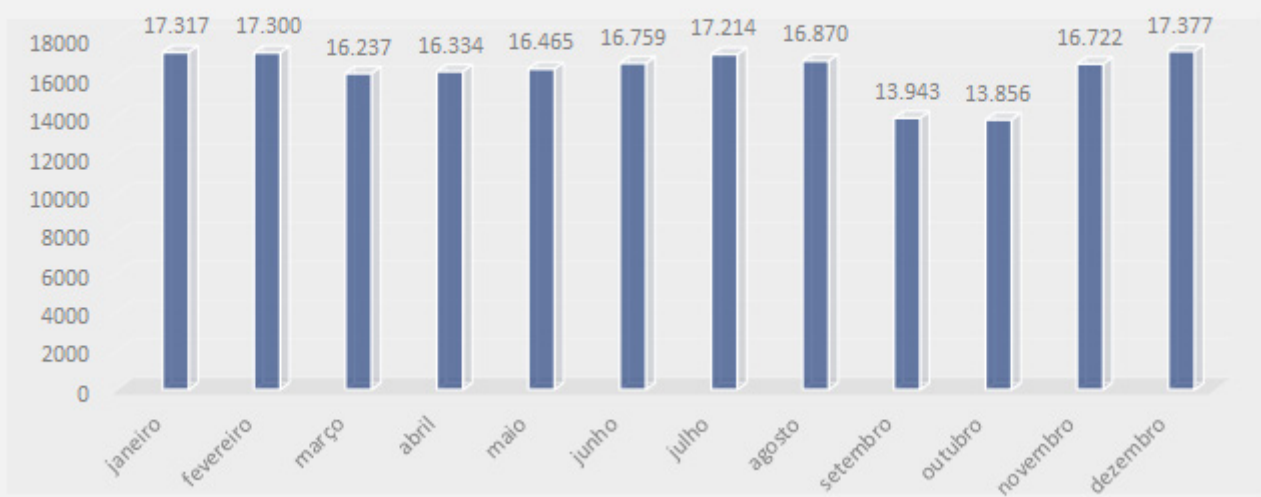
### ALOCAÇÃO

ALOCAÇÃO DE RECURSOS (SEGMENTOS E CARTEIRAS DE APLICAÇÃO)	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	META DE ALOCAÇÃO	META DE RENTABILIDADE	BENCHMARK
<b>RENDA FIXA</b>	<b>60%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>6,57%</b>	
<b>JUROS</b>	<b>0%</b>	<b>70%</b>	<b>0%</b>	<b>4,70%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	70%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	70%			
<b>INFLAÇÃO</b>	<b>30%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>6,57%</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	70%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	70%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>0%</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>		<b>IBRX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	20%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	20%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>0%</b>		<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>0%</b>		<b>GLOBAL INDEX</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>				<b>6,57%</b>	

## HISTORICO DE RENTABILIDADE

	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
PB 03	17,46%	11,16%	12,19%	23,06%	6,85%	92,61%
Segmento de Renda Fixa	17,46%	11,16%	12,19%	23,06%	2,47%	84,72%
Segmento de Renda Variável	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## MONGERAL 3 EVOLUÇÃO PATRIMONIAL /1000



## 1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios 03 – Plano 03, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano 03 é estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo de contribuição definida na fase de acumulação dos benefícios programados e de benefício definido na fase de recebimento dos benefícios. Portanto, possui riscos atuariais envolvidos. O plano está fechado a novas adesões.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, bem como hipóteses financeiras e atuariais, e na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

## 2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2020 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2020. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

### 3. ESTATÍSTICAS

#### Participantes Ativos

ITEM	2019	2020
Número de participantes ativos	2	2
Idade média (anos)	47	48
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	19	20

Conforme já mencionado o Plano 03 encontra-se fechado para novas adesões. Foram considerados na tabela acima como ativos do plano apenas 2 participantes, um em situação de auxílio-doença e outro em situação de Benefício Proporcional Diferido (BPD), que não vertem contribuições ao plano de benefícios.

#### Participantes Assistidos

ITEM	2019	2020
Número de participantes assistidos	8	8
Idade média (anos)	65	66
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	20	21
Benefício médio (R\$)	R\$ 9.184,08	R\$ 9.356,51
Folha mensal de benefícios (R\$)	R\$ 73.472,65	R\$ 74.852,10

Não foram concedidos novos benefícios de prestação continuada no decorrer do ano de 2020 no plano de Benefícios N° 03. Houve variações positivas no valor da folha de benefício mensal e no benefício médio de 1,88%.

#### Pensionista

ITEM	2019	2020
Número de pensionistas	1	1
Idade média (anos completos)	67	68
Benefício médio (R\$)	R\$ 16.908,56	R\$ 17.226,02
Folha mensal de benefícios (R\$)	R\$ 16.908,56	R\$ 17.226,02

Durante o exercício de 2020 não foram concedidas novas pensões de prestação continuada. Houve variação positiva na folha mensal de benefício em torno de 1,88%.

#### 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2021:

- A)** Taxa Real de Juros: 3,73% a.a.;
- B)** Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - F Suavizada 10%;
- C)** Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%;
- D)** Indexador do Plano: IPCA – IBGE.

Apresentamos através do Parecer sobre as Premissas Atuariais 19/2020 o posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano 03, conforme consta no documento em epígrafe todas as hipóteses foram submetidas às análises e mantidas com exceção da taxa de juros que tem como obrigatoriedade a reavaliação anual.

Para determinação da taxa de juros foi realizado uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando assim a expectativa de retorno dos investimentos do plano compatível com a taxa de juros mínima sugerida para adoção como índice de referência do plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,73% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2021, como no Plano 03 a taxa de juros não é utilizada no recálculo anual dos benefícios, haverá impacto diretamente nos encargos das provisões matemáticas. O impacto da alteração da taxa de juros será um acréscimo no valor das provisões matemáticas, parcela do benefício definido, na ordem de 4,84%.

#### 5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para a Avaliação Atuarial do Plano 03, o regime financeiro de Capitalização, sob o qual serão constituídas as Provisões Matemáticas para os participantes, sendo estas equivalentes, ao patrimônio acumulado até o momento da avaliação.

Registramos que a metodologia utilizada na avaliação do plano em sua parcela de benefício definido, pautou-se no método de Capitalização Financeira, relacionando diretamente os compromissos e as obrigações na data de avaliação com as projeções e rentabilidades esperadas dos recursos acumulados, estando adequado aos critérios técnicos do plano e normas vigentes.

Os benefícios de prestação continuada têm seu valor calculado na data da concessão, de acordo com o saldo de conta mantido em favor do participante, acrescido de parte da conta coletiva quando houver, não sendo realizado custeio

atuarial através de contribuições pelos participantes em gozo de benefício.

Com relação à parcela de contribuição definida, a metodologia utilizada é a de Capitalização Individual, que é a metodologia aplicável aos planos dessa modalidade.

## 6. CUSTEIO DO PLANO

O Plano 03 é custeado pelos participantes e pela patrocinadora durante a fase de atividade que proporcionam, juntos, as fontes de recursos necessárias para manutenção e equilíbrio do plano de benefícios.

Conforme observado durante o processo de Avaliação Atuarial os atuais participantes alocados nas provisões matemáticas de benefício a conceder não vertem contribuições normais ao plano de benefícios. No plano de custeio não existe previsão de contribuição realizada por participantes que estão em gozo de benefício e nem contrapartida patronal.

O custeio administrativo definido no orçamento anual será pago integralmente pela patrocinadora, exceto na hipótese de que tratam os artigos 34 e 13, alíneas “c” e “d” do Regulamento do Plano.

## 7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano 03, em 31/12/2019 e em 31/12/2020, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2019	2020
2.3	Patrimônio Social	R\$ 17.441.358,92	R\$ 17.475.558,75
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 17.393.381,49	R\$ 17.435.178,89
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 15.923.638,97	R\$ 17.198.920,72
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 15.908.212,48	R\$ 17.182.437,44
2.3.1.1.01.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 15.908.212,48	R\$ 17.182.437,44
2.3.1.1.01.02.01	VABF Programados – Assistidos	R\$ 12.822.783,22	R\$ 13.872.451,35
2.3.1.1.01.02.02	VABF Não Programados – Assistidos	R\$ 3.085.429,26	R\$ 3.309.986,09
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 15.426,49	R\$ 16.483,28
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 15.426,49	R\$ 16.483,28
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patrocinador (es)	R\$ 1.403,26	R\$ 1.499,39
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 14.023,23	R\$ 14.983,89
2.3.1.1.03	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02	(-) Déficit Equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinadores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 1.469.742,52	R\$ 236.258,17
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 1.469.742,52	R\$ 236.258,17
2.3.1.2.01.02	Superávit/Déficit Técnico	R\$ 1.469.742,52	R\$ 236.258,17
2.3.2	Fundos	R\$ 47.977,43	R\$ 40.379,86
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 47.977,43	R\$ 40.379,86
2.3.2.1.01	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 309.344,92	R\$ 258.069,19
2.3.2.1.02	Revisão de Plano	R\$ 121.260,50	R\$ 243.501,13
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 217.063,92	R\$ 189.798,39

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação ao total das provisões matemáticas passou a ser de 0,10% em função do plano estar fechado a novas adesões e os únicos participantes que se encontram na parcela de benefícios a conceder não verterem contribuições ao plano de benefícios.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2020 aumentou em 0,24%, com relação ao encerramento do exercício 2019. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2019 pelo IPCA acumulado no ano de 2020 teríamos um valor 4,27% maior com relação ao observado no encerramento do exercício de 2020. A rentabilidade da cota do plano alcançou 6,38% frente a meta atuarial de 8,82% (IPCA 4,52% conjugado a taxa de juro de 4,19% a.a. de 01/2020 a 03/2020 e 4,09% a.a. 04/2020 a 12/2020).

O resultado superavitário do plano diminuiu 83,93% comparado ao exercício anterior.

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 30/2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento,



calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos descritos acima cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção. Abaixo são apresentados os títulos desta categoria e o ajuste de precificação calculado no Venturo (sistema DPAP da Previc).

TIPO	COMPRA EM % A.A	VENCIMENTO	QUANTIDADE	CONSIDERADO
NTN-B	6,29	15/08/22	249,99	Sim
NTN-B	6,44	15/05/35	349,99	Sim
NTN-B	6,42	15/08/50	199,99	Sim

DESCRIÇÃO	DEZEMBRO/2020
Apuração do equilíbrio técnico ajustado	
a) Resultado realizado	236.258,17
a.1) Superávit Técnico Acumulado	236.258,17
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	683.797,59
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	920.055,76

Uma vez que o Plano se encontra em situação superavitária, o ajuste só teria aplicação caso resultasse na redução do valor positivo de equilíbrio do Plano. Entretanto, o ajuste apresentou resultado positivo, não sendo aplicável ao plano de benefícios.

## 8. CONCLUSÃO

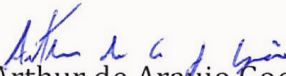
O Plano 03, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2020 resultado de superávit técnico.

Importante ressaltar que o resultado do superávit do plano diminuiu principalmente devido a rentabilidade acumulada da cota ter alcançado 6,38% durante o exercício, não superando em 2,24% a meta atuarial do plano para 2020 que foi de 8,82%.

A duração do passivo do plano foi avaliada de acordo com art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020. O fluxo utilizado para apuração da duração do passivo considerou a taxa de juros de 3,73% a.a., pois conforme orientações para o preenchimento do fluxo constante no sistema Venturo da Previc os valores do fluxo devem estar posicionados no final de cada exercício, estando desta forma contemplando a nova taxa de juros que irá vigorar a partir de 01/01/2021. A duração do passivo calculado foi de 10,92.

Portanto, considerando todo o exposto no presente parecer, é coerente concluir que o Plano 03 se encontra em desequilíbrio técnico superavitário no valor de R\$ 236.258,17, sendo a totalidade do montante constituída como reserva de contingência, conforme determinado no art. 15 da Resolução CNPC 30/2018.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

  
Arthur de Araujo Godinho Luzia  
Atuário MIBA – 2.353  
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Mongeral Aegon Fundo de Pensão

### 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão, aqui denominados de consolidado, por definição do CNPC) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

### 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **4. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2020, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de març o de 2021.

DocuSigned by:  
  
190E83B270E6449...

**Eug nio Duque Estrada Felipe**

Conselheiro – Presidente da Mesa

CPF: 754.447.477-15

DocuSigned by:  
  
89C2CFD87E3468...

**Marcelo da Motta Abreu**

Conselheiro – Secretário da Mesa

CPF: 017.938.017-62

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2020, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifestação da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2020, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

DocuSigned by:

*Osmar Navarini*

3E0D6C2CF2F4410...

**Osmar Navarini**

Conselheiro (Presidente)

CPF: 301.842.820-02

DocuSigned by:

*Patrícia Barbosa de Campos Lima*

ABD0EC4407B4406...

**Patrícia Barbosa de Campos Lima**

Conselheira (Secretária)

CPF: 000.761.436-51



# MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

